



## 24º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

13ª Mostra Científica de Integração  
entre Pós-Graduação e Graduação  
3ª Jornada de Tecnologia e Inovação

# A PRESENÇA DE CRIANÇAS MIGRANTES HAITIANAS E AS DE SEGUNDA GERAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O DESVELAR DAS EXPRESSÕES DA BRANQUITUDE NO COTIDIANO INFANTIL

Rosana da Silva Machado, Ana Claudia Delfini  
Educação - Tópicos Específicos de Educação

A presença de crianças migrantes e de segunda geração, nascidas no Brasil e inseridas nas instituições de Educação Infantil (EI), configura-se como uma realidade cada vez mais expressiva no cenário educacional brasileiro. Trata-se de um fenômeno que demanda atenção, sobretudo porque expõe tensões e desafios relacionados ao pertencimento, à ausência de políticas públicas eficazes de acolhimento e integração, bem como às práticas discriminatórias e xenofóbicas que atravessam o cotidiano escolar. Crianças oriundas de fluxos migratórios, como as haitianas, e as de segunda geração nascidas no Brasil ou que vieram muito pequenas para cá (Braga, 2019), vivenciam situações de racismo institucional e xenofobia que, ao invés de serem combatidas, muitas vezes são (re)produzidas e naturalizadas no interior das instituições educativas. A Educação Infantil, espaço que deveria primar por uma prática docente acolhedora, promotora da diversidade baseada em um currículo intercultural e antirracista, acaba por vezes invisibilizando as infâncias migrantes e negras. Os currículos, em sua maioria, permanecem alinhados a uma lógica eurocentrada, que pouco dialoga com a interculturalidade e com a diversidade de experiências e saberes presentes no cotidiano infantil, reforçando assim estruturas hierárquicas que consolidam desigualdades raciais e culturais. Como afirmam Bento (2002; 2012) e Schucman (2012), a branquitude mantém-se como norma hegemônica, não nomeada e não marcada, mas que organiza e estrutura as relações sociais, inclusive na primeira infância. A fundamentação teórica do estudo dialoga com três campos analíticos: a Sociologia da Infância, os Estudos das Relações Raciais e os Estudos sobre Migração Infantil. Na perspectiva da Sociologia da Infância (Corsaro, 2011; Sarmiento, 2004; Delfini, 2011), entende-se a criança como sujeito social e histórico, capaz de produzir culturas próprias e de interagir ativamente no mundo que a cerca. No campo dos Estudos das Relações Raciais, Bento (2002; 2022), Lourenço Cardoso (2008), Gomes (2005) e Almeida (2019) têm demonstrado como o racismo se estrutura e se reproduz, seja em práticas institucionais explícitas ou inconscientes, seja em microagressões cotidianas. A categoria da branquitude é central para essa análise, pois permite compreender a posição de privilégio dos sujeitos brancos e a manutenção de uma norma que invisibiliza ou estigmatiza os sujeitos negros. A denúncia presente nesta pesquisa evidencia a importância de racializar as infâncias brancas, de modo a desnaturalizar a posição de universalidade atribuída a elas e tensionar as hierarquias raciais que se estruturam desde a Educação Infantil, por meio de materialidades que confirmam e reforçam os privilégios destinados à categoria racial branca. Já nos Estudos sobre Migração Infantil, autores como Bhabha (2014), Alexandre (2019), Luiselli (2019) e Machado (2020) sublinham os desafios enfrentados por crianças migrantes haitianas e as de segunda geração em contextos de deslocamento. Esses estudos apontam que as crianças não são apenas vítimas de processos migratórios, mas também atores sociais que constroem sentidos, produzem resistências e elaboram estratégias para lidar com as tensões de pertencimento e identidade. A pesquisa de doutorado em andamento está vinculada à linha de pesquisa Práticas Docentes e Formação Profissional e ao Grupo de Pesquisa Educação e Trabalho do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. O estudo tem como objetivo compreender como as crianças migrantes haitianas, as de segunda geração (filhos e filhas de migrantes haitianos) e as brasileiras se submetem ou transgridem às expressões da branquitude, entendidas como práticas de poder e representações da identidade branca, nas interações com seus pares e professoras em um Núcleo de Educação Infantil no município de Balneário Camboriú-SC. O pressuposto central do estudo concentra-se na premissa de que, no cotidiano infantil, tanto as crianças migrantes haitianas, as de segunda geração, quanto as brasileiras têm provocado fissuras nos privilégios materiais e simbólicos da branquitude, os quais ainda podem ser legitimados e reforçados nas instituições de Educação Infantil. A pesquisa insere-se no campo qualitativo, com inspiração etnográfica. Foram adotados procedimentos de observação participante, diário de campo, registros fotográficos, desenhos das crianças e conversas



## 24º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

13ª Mostra Científica de Integração  
entre Pós-Graduação e Graduação  
3ª Jornada de Tecnologia e Inovação

informais com crianças de 4 a 5 anos, além de interações com professoras da instituição. A análise dos dados seguiu a técnica de triangulação (Marcondes; Brisola, 2014), possibilitando articular diferentes fontes de informação – empirias, teoria e análise de conjuntura – e, assim, conferir maior consistência e densidade interpretativa ao estudo. A partir do método de análise adotado, o mapeamento do quantitativo de crianças migrantes matriculadas na Educação Infantil pública e nas escolas conveniadas evidenciou um número expressivo e em expansão ao longo dos anos investigados. Os resultados apontaram tanto a evolução e/ou redução no número de matrículas quanto a diversidade de nacionalidades presentes, revelando ainda as tendências de predominância de determinados grupos em instituições públicas ou privadas conveniadas. De modo geral, constatou-se uma tendência crescente de matrícula de crianças migrantes e de segunda geração na Educação Infantil de Balneário Camboriú. Esse achado reforça a urgência de políticas públicas eficazes que, para além de assegurar o acesso formal à escola, promovam práticas de acolhimento, integração e valorização da diversidade em uma perspectiva intercultural e antirracista. No que se refere às materialidades que compõem os espaços educativos, observou-se que estas continuam a privilegiar a representação das crianças brancas. Brinquedos, livros e imagens presentes nas salas de referência reforçam uma estética eurocentrada, em que crianças brancas sentem-se representadas, mas crianças negras e migrantes permanecem invisibilizadas (Cardoso, 2018). A presença dos livros clássicos, com personagens brancos, príncipes e princesas, projeta na mente das crianças um ideal de físico, de classe, de cor de pele, de cabelo. O diferente, que destoa desta perspectiva considerada universal, é visto a partir da negatividade, o que deve ser cortado, apagado, desfeito, branqueado. Ou seja, nessa perspectiva, a criança branca e a negra vão apreendendo a normatização do belo e do feio. Tradicionalmente, as crianças, desde pequenas, são apresentadas a um repertório literário cuja atuação dos personagens é marcada pela branquitude, a começar pelos clássicos da Disney. Não há uma análise reflexiva sobre a importância de romper com a reprodução de padrões europeus clássicos nas escolhas que são apresentadas a todas as crianças, tampouco um olhar sensível voltado às crianças de outros pertencimentos étnico-raciais. Nas interações cotidianas, observou-se que as crianças, por vezes, reproduzem práticas discriminatórias de forma sutil, sem plena consciência do impacto negativo que essas atitudes geram na construção da identidade da criança não branca. Exemplos como a fala de uma criança branca que reduz o colega migrante haitiano apenas à sua cor evidenciam como a branquitude opera desde muito cedo, demarcando identidades e estabelecendo hierarquias raciais. Tais situações revelam que, desde pequenas, as crianças brancas ocupam um lugar em que o sujeito branco se reconhece como padrão universal, atribuindo a racialização apenas aos outros – os não brancos – sem se perceber como parte desse marcador. Essa lógica é socialmente (re)produzida nas famílias, reforçada pelas mídias e legitimada pelas instituições educacionais. A ausência de materialidades que representem e valorizem as infâncias negras na Educação Infantil contribui para que a identidade branca se mantenha em um lugar de neutralidade, perpetuando a ideia de que apenas os sujeitos negros carregam o marcador racial, ao mesmo tempo em que limita o reconhecimento de sua negritude, potencialidades e saberes. A pesquisa também evidenciou momentos de transgressão, nos quais crianças migrantes e negras não apenas resistiram às expressões da branquitude, mas também produziram novas formas de estar e resistir na Educação Infantil. Em determinados contextos, tais crianças contestaram a hierarquia racial implícita, reivindicando lugares de protagonismo e resignificando as interações a partir de suas próprias referências culturais e identitárias. Um exemplo foi a fala de uma menina haitiana, que, ao afirmar que além de cozinheira – função comumente atribuída às mulheres negras em posições subalternizadas – seria também veterinária e policial, rompe com papéis sociais historicamente demarcados para as mulheres negras, como o de empregada doméstica, faxineira ou outros subempregos. Nas culturas infantis, observa-se que, por meio das brincadeiras e do faz de conta, meninas negras e brancas tecem fissuras nos mecanismos estruturais da branquitude, que ainda determinam os lugares sociais destinados às mulheres negras. Esses episódios demonstram que as crianças são capazes de transgredir normas hegemônicas que se impõem a elas, confirmando o pressuposto deste estudo de que, mesmo em meio às estruturas racistas, elas atuam como sujeitos sociais ativos e capazes de tensionar os mecanismos de poder da branquitude. Nesse sentido, considera-se fundamental que práticas pedagógicas antirracistas emergjam como formas de potencializar as ações de transgressão infantil, abrindo possibilidades para a construção de uma Educação Infantil intercultural, em que todas as crianças se sintam representadas e valorizadas.

**Palavras-chave:** Crianças migrantes haitianas; Educação Infantil; Branquitude

## Referências

ALEXANDRE, Ivone Jesus. A presença das crianças migrantes haitianas nas escolas de Sinop/MT: o que elas visibilizam da escola? 2019. Tese (Doutorado em Educação) – UFSCar, São Carlos, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2018.

BHABHA, Jacqueline. Child Migration and Human Rights in a Global Age. Princeton: Princeton University Press, 2014. Disponível em: <https://press.princeton.edu/books/paperback/9780691169101/child-migration-and-human-rights-in-a-global-age>. Acesso em: 22 abr. 2019.

BRAGA, Antônio. O “ser filho de imigrante” na vida social dos jovens imigrantes brasileiros de segunda geração nos Estados Unidos. Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 379-399, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.097>. Acesso em: 23 nov. 2024.

CARDOSO, Cíntia. Branquitude na educação infantil: um estudo sobre a educação das relações étnico-raciais em uma unidade educativa do município de Florianópolis. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPR, Curitiba, 2018.

CARDOSO, Lourenço. O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (1957–2007). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

DELFINI, Ana C. Estudos sociológicos sobre infância no Brasil: crianças sem gênero. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFSC, Florianópolis, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. 2005. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos-pres-entes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2025.

CORSARO, William A. Sociologia da Infância 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2011 MACHADO, Rosana S. Um encontro intercultural em contexto migratório: a inserção de crianças haitianas na Educação Infantil de Balneário Camboriú. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – FURB, Blumenau, 2020.

MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira; BRISOLA, Elisa Maria Andrade. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. Revista Univap, São José dos Campos, v. 20, n. 35, jul. 2014. Disponível em: <http://revista.univap.br>. Acesso em: 17 jul. 2024.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – USP, São Paulo, 2012.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) – USP, São Paulo, 2002.

BENTO, Maria Aparecida Silva. A identidade racial em crianças pequenas. In: BENTO, Maria Aparecida (Org.). Educação infantil: igualdade racial e diversidade. São Paulo: CEERT, 2012.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (Coord.). Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: Edições Asa, 2004. p. 9–34. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/79714>. Acesso em: 12 set. 2025.

LUISELLI, Valeria. Arquivo das crianças perdidas. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2019.

**Apoio:** Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapescc)